

O FIM DA NANNY AMÉRICA?

Bernardo Pires de Lima

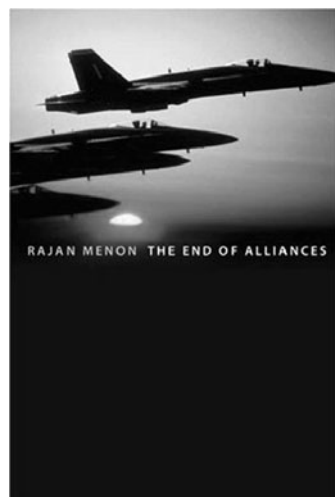
RAJAN MENON

The End of Alliances

Oxford,
Oxford University Press,
2007, 258 páginas

As sociedades europeias vivem com uma enorme intensidade o processo eleitoral referente às primárias dos dois grandes partidos norte-americanos, escolhendo candidatos com um fervor que se desconhece quando se trata de fazer o mesmo nos respectivos países, o que desde logo levanta a eterna questão sobre se o fascínio pela América não estará a atingir o seu auge. Mas outras questões menos metafísicas se podem, também, colocar.

Em primeiro lugar, o facto de o mundo estar a viver um momento de euforia pode ser explicado pela insatisfação crónica sentida com a actual Administração. Mas não só. Nota-se que a maioria das opiniões públicas – sobretudo europeias – crê numa mudança estratégica radical da política externa conduzida por um novo inquilino da Casa Branca. É bem possível que o estilo se altere, sem dúvida. Menos plausível, no entanto, que o conteúdo se modifique de forma substancial: basta ler com alguma atenção o que foi escrito por Hillary Clinton, Barack Obama, John McCain, Rudy Giuliani ou Mike Huckabee nas últimas edições da *Foreign Affairs*. Por isso mesmo, convém temperar as expectativas sobre mudanças de fundo radicais. Em segundo lugar, é importante que se comece a fazer uma análise mais delicada sobre alguns dos «mitos» em redor dos



anos da Administração Bush e que tanta celeuma têm provocado. Será ainda muito cedo para avaliarmos o impacto que eles terão na história das relações internacionais. Mas podemos, desde já, afirmar que aquilo que era proposto pela candidatura de George W. Bush em 2000 – mais realismo que idealismo, um intervencionismo militar controlado, reforço das alianças, melhoria do relacionamento com a Rússia e a China – não foi levado à letra. Sobre tudo pelo que aconteceu na manhã de 11 de Setembro de 2001. Este facto é vital para percebermos a viragem na abordagem

à segurança nacional dos EUA e à forma como a condução dos assuntos de segurança internacionais foi a partir daí traçada.

O IMPACTO DO 11 DE SETEMBRO E DO IRAQUE

Dentro deste capítulo é, também, necessário recorrer aos factos para avaliarmos a capacidade em construir novas alianças ou reforçar as tradicionais. Se a coligação para o Afeganistão acabou por ser realizada com sucesso, o mesmo não se passou com a estabelecida para o Iraque. Por razões cuja discussão não cabe neste artigo, o facto essencial é que as relações entre alguns europeus e norte-americanos atingiram nessa fase um dos seus pontos históricos mais negativos. Mas o que verdadeiramente resulta deste processo é o facto de Washington ter demonstrado que para tomar uma decisão do nível da que foi tomada não precisou das duas grandes potências continentais europeias, a França e a Alemanha. Por outras palavras, este foi o momento em que a condição da Europa foi revelada ao mundo contemporâneo: um continente com relativo peso nas relações internacionais e em vias de ver reduzida a sua importância na política de alianças norte-americanas para o século XXI.

Só que, em boa verdade, o pós-Iraque acabou por demonstrar que os EUA têm limitações em determinados cenários de guerra e que um mais amplo consenso internacional em redor do uso da força é benéfico para as aspirações de Washington – daí não ser dispensável o apoio dos europeus. Por outro lado, os europeus perceberam que estar fora do processo decisório norte-americano (com esta ou outra Admi-

nistração) tem custos para as suas ambições globais e é trágica para os interesses de segurança europeus (em grande medida, foi este o motivo que levou Tony Blair a estar ao lado de George Bush). Além disso, «encostou à parede» mais de metade de um continente que, na hora de escolher segurança, não olha para Bruxelas, Paris ou Berlim, mas sim para Washington.

Mas o relevante para esta recensão ao livro de Rajan Menon (Universidade de Lehigh, New America Foundation, Council on Foreign Relations) é se estarão as alianças tradicionais pós-1945 – NATO, Japão e Coreia do Sul – destinadas a passar aos compêndios de História ou, ao invés, terão ainda lugar numa política externa a promover por Washington nas próximas décadas. Mais correctamente, de acordo com o argumento do livro, cumpre averiguar se estas alianças devem continuar a contemplar a rígida componente militar que exibem – elas absorvem nada menos que 94 por cento de todas as tropas norte-americanas estacionadas no estrangeiro¹. O livro de Menon chocará, certamente, os mais distraídos. Não terá o impacto arrasador que o próprio título sugere – *The End of Alliances* –, pelo simples motivo de já estarmos em presença de um contexto reformador das grandes alianças norte-americanas. Em rigor, exactamente a partir do momento em que foi invocado o artigo V do Tratado de Washington, logo após os ataques às Torres Gémeas, tendo os EUA recusado o auxílio colectivo imediato dos restantes membros da Aliança Atlântica. Este foi o momento que simbolizou a viragem. Uma viragem nas alianças militares estruturais da Guerra Fria.

TERÁ UM DOS LEGADOS DE BUSH SEGUIMENTO?

Pode parecer paradoxal, tendo em conta o rótulo de unilateralista com que Bush vem sendo apelidado, mas nunca como hoje as relações internacionais tiveram tantos mecanismos multilaterais ao seu dispor e isto é, também, obra da actual Administração². O 11 de Setembro abriu espaço para uma redefinição da arquitectura internacional de segurança que já vinha sendo posta em prática desde a derrocada da União Soviética. O que temos vindo a assistir é a um reequilíbrio entre as várias regiões do mundo, com algumas (poucas) potências a liderarem essas respectivas áreas. E o que tem feito Washington? Simples. Tem sedimentado alianças e cooperações militares com esses estados. No Médio Oriente (Israel, Arábia Saudita, Egípto, Jordânia), em África (África do Sul, Nigéria, Angola), na América do Sul (Brasil, Chile, México), na Ásia do Sul (Índia, Paquistão), no Pacífico (Japão, Coreia do Sul, Indonésia) e Oceânia (Austrália e Nova Zelândia). A Europa passou a fazer parte desta nova arquitectura, mas deixou de ser o espaço privilegiado para a política externa norte-americana: estabilizou, prosperou, não é ameaçada por Moscovo (nos termos em que o era durante a Guerra Fria) e consegue garantir a sua segurança regional (embora com contratempos graves).

O que questiona Rajan Menon é se, dada esta perda de relevância estratégica da Europa, devem os EUA manter os milhares de tropas estacionadas no continente e estarem amarrados a uma organização como a NATO que obedece a um processo

decisório moroso e que muitas vezes limita a acção de Washington. A dúvida é perfeitamente legítima e, porventura, uma retirada das forças militares obrigaria mesmo os europeus a reforçarem os seus orçamentos de defesa, sobretudo os de Leste. No entanto, a frente afegã «obriga» os EUA e os europeus a prolongarem esta aliança por bastante tempo, porque uma derrocada no Afeganistão significaria a hecatombe na credibilidade das potências euro-atlânticas.

Por outro lado, Menon questiona as outras duas alianças norte-americanas estruturais da Guerra Fria: o Japão e a Coreia do Sul. Se os contributos de ambos para a sua própria segurança são ainda menores do que os dos europeus, para quê continuar a sustentar a segunda economia do mundo (Japão) e um outro que já não sofre o mesmo grau de ameaça unificadora do vizinho do Norte (Coreia do Sul)? São questões pertinentes, sem dúvida. Só que, pesando os riscos de uma repentina viragem nestas alianças – a ascensão de potências hostis, o crescimento de movimentos não-democráticos, a intromissão de redes terroristas, entre outros –, poderíamos entrar numa espiral de insegurança em zonas onde ela não tem sido hábito nas últimas décadas. Por outro lado, e este é um argumento de peso em favor da tese de Rajan Menon, obrigar-se-ia estes aliados a encararem com outra responsabilidade a partilha efectiva de custos com a segurança, até porque os recursos norte-americanos não são inesgotáveis, como os actuais cenários de guerra têm provado. Menon faz questão de não ser confundido com a corrente isolacionista e frisa-o por

diversas vezes. O que defende é uma de duas vias: reformular as alianças actuais, em especial a NATO – (1) com uma agenda de longa duração face a estados sem as mínimas condições de subsistência ou, (2) missões de carácter humanitário ou, (3) operações de *peacekeeping* e contra-insurreição em países não-europeus –, ou assumir que estas não defendem os interesses de segurança norte-americanos para este século. Este livro merece também atenção numa altura em que os candidatos à Casa Branca vincam como linhas da sua política externa uma visão global das alianças, sem grandes amarras às consideradas tradicionais (com excepção de John McCain). Se a palavra-chave das diversas candidaturas é «mudança», no que toca à política interna, esta é uma das características que certamente não veremos aplicada à política externa. Aliás, no campo democrata, tanto Obama como Clinton exibem uma aproximação muito estreita às linhas mestras das «National Security Strategies» de George W. Bush (2002 e 2006), sobretudo em matérias de intervencionismo

militar unilateral, se e quando os interesses norte-americanos estiverem em jogo³. No caso de Hillary Clinton, poucas palavras são mesmo ditas em relação à NATO, embora ambos os candidatos frisem a importância de todos os aliados. Em *The End of Alliances*, Rajan Menon ilustra ainda a forma relutante como os EUA se dispuseram a assumir contratos de permanência em alianças. Se a sua história é prova disso, também não é de excluir que o período da Guerra Fria não tenha passado de um momento na sua política externa. Ora, se as ameaças são diferentes, e bem mais numerosas, podemos estar perante uma redefinição profunda na grande estratégia de alianças norte-americana, cujo objectivo será o de dotar qualquer administração de uma maior amplitude de movimentos, capacidade de gestão e, em bom rigor, de projectar aquilo que os EUA exibiram de forma impressionante neste início de século: um poder ímpar a todos os níveis. Seja qual for o próximo presidente, é certo que jamais abdicará de o usar. Espera-se que da melhor maneira. **RI**

NOTAS

¹ Em 2003, das 199 334 tropas norte-americanas no estrangeiro, 187 mil estavam estacionadas na Europa Ocidental, Japão e Coreia do Sul. Cf. U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE – 2004 *Statistical Compendium on Allied Contributions to the Common Defense* [Disponível em: http://www.defenselink.mil/pubs/allied_contrib2004/allied2004.pdf].

² Cf. HAASS, Richard – *The Opportunity: America's Moment to Alter History's Course*. Nova York: Public Affairs, 2005.

³ Barack Obama escreveu: «Devemos considerar a utilização da força militar noutras circunstâncias que não sejam a autodefesa [...] não hesitaremos no uso da força, se necessário unilateralmente, para proteger o povo americano ou os nossos interesses vitais quando forem atacados ou claramente ameaçados.» Cf. OBAMA, Barack – «Renewing American leadership». In *Foreign Affairs*, Julho-Agosto de 2007, p. 7. Hillary Clinton escreveu: «A política externa dos Estados Unidos deve ser guiada pelo multilatera-

lismo, o unilateralismo deve ser uma opção que será utilizada quando absolutamente necessário para proteger a nossa segurança ou evitar uma tragédia.» Cf. CLINTON, Hillary Rodham – «Security and opportunity for the twenty-first century». In *Foreign Affairs*, Novembro-Dezembro de 2007, p. 5.